



Teologia Brasileira

Nº 104 | 2024 ISSN 2238-0388

Resenha: A Trindade

Willy Robert

4

Conhecendo as Antigas Doutrinas da Graça:
um recado para jovens e velhos

Isaías Lobão

13

O cristão e o governo civil: um breve estudo
do capítulo XXIV da Confissão Batista
de Londres de 1689

Jefferson Oliveira

19

Uma análise sobre o papel da liderança
eclesiástica para a formação integral na
perspectiva da cosmovisão cristã

Donato Farinelli de Souza

28

Lançamentos

37



VIDA NOVA

Teologia brasileira, uma produção de Edições Vida Nova

A Revista Teologia Brasileira tem o objetivo de proporcionar um espaço para discussão e produção de teologia que seja bíblica, confessional, relevante, sensível e aberta ao diálogo sobre temas que contemplem a realidade de nosso país. Para isso, contamos com o apoio de uma equipe que, em contato com pesquisadores, pastores, mestres e escritores, torna possível a veiculação de conteúdo que estimule a reflexão bíblica e teológica.

Editor:

Franklin Ferreira

Produção editorial:

Sérgio Siqueira Moura

Diagramação:

Sandra Reis Oliveira

Contato:

teologiabrasileira@vidanova.com.br

Editorial

Está disponível mais uma edição da revista Teologia Brasileira!

Willy Robert faz uma excelente resenha do livro “A Trindade” de Robert Letham, destacando como essa doutrina é crucial para a vida da igreja. Letham mostra que a Trindade não é apenas um tema acadêmico, mas deve influenciar áreas como a missão, a oração e a adoração na igreja.

Isaías Lobão reflete sobre o interesse renovado nas Antigas Doutrinas da Graça, alertando para a importância de uma compreensão profunda do que significa ser “reformado” e de uma relação saudável com a igreja local.

Jefferson Oliveira discute a legitimidade do poder dos governos civis à luz da Bíblia, abordando a rejeição pós-moderna à autoridade e a relevância da Confissão de Fé de Londres de 1689 para a edificação da igreja.

Por fim, Donato Farinelli explora a formação de novos líderes ministeriais, destacando a importância de um posicionamento cristocêntrico diante dos desafios contemporâneos e a necessidade de fundamentos sólidos para o ministério.

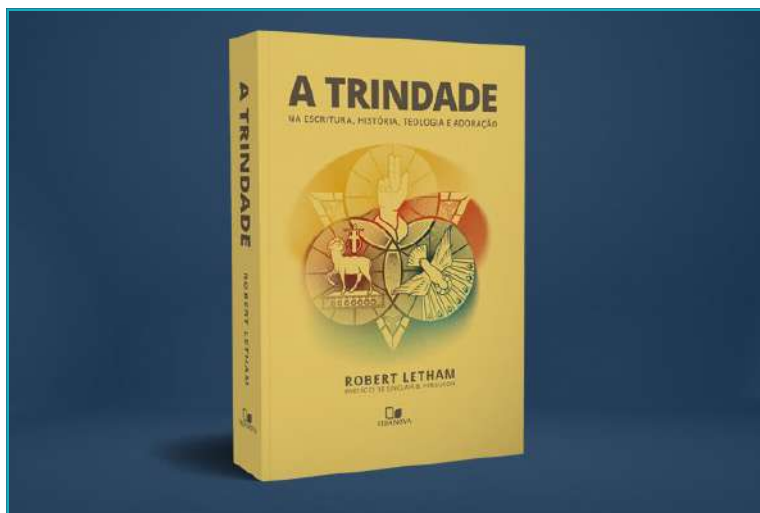
Nesta palestra, Hélder Cardin fala sobre como o evangelho traz esperança em tempos difíceis e destaca que os cristãos devem evitar se conformar ao mundo, mas ainda assim se envolver para fazer a diferença.



Assista ao vídeo!

Resenha: A Trindade

Willy Robert



A saúde doutrinária da igreja depende de uma boa compreensão e exposição da revelação bíblica e a Bíblia, como um todo, rege o conteúdo do ensino na igreja. Infelizmente, essa verdade tem sido constantemente desconsiderada. Desprezando a ampla gama de assuntos que constam na Bíblia, muitos púlpitos acabam escolhendo temas “preferidos”, com isso, assuntos cruciais para a fé cristã são cada vez mais deixados de lado. É o que acontece com a Trindade. São cada vez mais raros e pouco relevantes os estudos e exposições sobre essa doutrina.

Isso não é de hoje. Em 1967, Karl Rahner afirmou que: “Se tivermos de abolir a doutrina da Trindade porque concluímos que é falsa, isso praticamente não afetaria em nada a maior parte da literatura religiosa”. Rahner entende que, caso o tema Trindade desaparecesse da literatura cristã, isso traria pouco impacto para a vida dos cristãos comuns, pois a forma como essa doutrina é tratada a tornou irrelevante para muita gente.

Foi tentando contribuir para a correção desse problema que, no ano de 2003, o professor Robert Letham escreveu o livro “A Trindade: na escritura, história, teologia e adoração”. Robert Letham é mestre em Estudos da Religião e em Teologia, pelo Westminster Theological Seminary, e Doutor em Filosofia pela

University of Aberdeen. Ele leciona Teologia Histórica e Sistemática na Union School of Theology, no País de Gales, e é pastor há mais de 22 anos.

O lançamento do livro foi um sucesso e acabou conferindo ao autor o prêmio literário Gold Medallion Book Award de 2005. Quinze anos após o lançamento, o Dr. Letham decidiu fazer uma revisão ampliada que foi publicada no Brasil recentemente por Edições Vida Nova. O livro é dividido em quatro partes:

1. Fundamentos Bíblicos
2. Desenvolvimento Histórico
3. Debate Contemporâneo
4. Questões Fundamentais

De forma geral, a intenção do Dr. Letham é mostrar como a doutrina da Trindade é crucial para a vida da igreja em geral. Ele desmistifica a ideia de que se trata de um assunto complexo, que deve ser deixado apenas para as salas de aula dos seminários. Ele mostra que a doutrina da Trindade deve reger a saúde doutrinária da igreja, impactando áreas como: a obra missionária, a oração individual e comunitária e a adoração ao Senhor.

Introdução

Na introdução do livro, o autor cita diversas dificuldades para lidar com o tema. Alguns autores da história da teologia tiveram que usar termos extrabíblicos para defender a linguagem bíblica da Trindade. Isso se deu por causa dos hereges que faziam um uso distorcido dos termos escriturísticos para propagar suas falsas doutrinas.

Impulsionados pelo desejo de combater os pensamentos heréticos relacionados com o assunto, a igreja precisou se posicionar desde o Concílio de Nicéia (325 d.C.). Após isso, grandes nomes da teologia cristã escreveram sobre o assunto, com destaque para Atanásio, Agostinho e Tomás de Aquino.

Infelizmente, o número de teólogos que deu ênfase considerável ao assunto caiu drasticamente nos anos mais recentes. O que é mais comum de se encontrar é uma ênfase muito forte no Pai e em seus atributos, ou no Filho e em sua dupla natureza, com o aspecto trinitário sendo relegado a poucas páginas ou mencionado apenas de forma *en passant*. É nesse contexto que o autor tece críticas a

grandes teólogos como Charles Hodge, Louis Berkhof, Friedrich Schleiermacher, B.B. Warfield e até mesmo J.I. Packer pela forma como lidaram com o tema da Trindade em seus escritos. O autor ainda critica os adeptos do biblicismo, que desprezam a doutrina da Trindade, acusando-a de ser uma especulação contrária à Palavra de Deus.

Fundamentos bíblicos

Na primeira parte, o Dr. Robert Letham analisa o Antigo Testamento para verificar se há alguma referência à Trindade nessa parte da Bíblia. Ele se preocupa em fazer uma distinção entre a doutrina da Trindade e a Trindade em si. Ele diz: “Deus sempre é, e Ele sempre é Trindade. Desde a eternidade Ele é Pai, Filho e Espírito Santo, um ser indivisível, três pessoas irreduzíveis” (p. 47). Ele então segue e afirma: “De outro modo, a doutrina da Trindade é a formulação desenvolvida do que a igreja entende ter Deus revelado na história da revelação e da redenção, conforme registrado na Escritura” (p. 47). Seu ponto é mostrar que a Trindade é uma realidade que independe da interpretação que se tenha dela. Em outras palavras, ela não depende de uma certa formulação para ser; ela é. A doutrina é simplesmente a forma como a teologia a compreende e explica.

Ele passa a analisar o primeiro capítulo de Gênesis, focando no ato criativo de Deus como algo claramente trinitário. O versículo 26 é amplamente usado nessa discussão: “Façamos o homem à nossa imagem”. Há quem interprete que nesse texto Deus está se dirigindo aos anjos, o que faria o homem ter sido criado como os anjos. Mas o Dr. Letham faz objeção a isso, afirmando que não há nenhuma menção a esse fato em nenhum local das Escrituras. Há quem entenda que esse texto se refira a um plural majestático, uma figura de linguagem que diz respeito à dignidade e à grandeza divina. Mas o autor também faz objeção, argumentando que plurais majestáticos raramente são usados com verbos, se é que são usados assim. Há também quem interprete como um plural autodeliberativo, mas segundo o autor, não há paralelos suficientes para respaldar tal interpretação. Ele então conclui sugerindo que Gênesis 1.26 nos dá base, para, a partir da revelação presente do Novo Testamento, olharmos retrospectivamente para a criação do homem e identificar ali uma referência à Trindade. Ele diz: “No que se refere ao *sensus plenior* (o sentido ou significado pleno) da Escritura, as palavras de Deus atestam aqui uma pluralidade no ser divino, expressa posteriormente pela dou-

trina da Trindade. Os leitores originais não teriam compreendido isso, mas nós, que temos a trama toda revelada, podemos revisitar essa passagem e identificar as pistas ali”. (p. 49).

A próxima análise é sobre as aparições do Anjo do Senhor. Para o autor, tais aparições nas narrativas bíblicas deixam explícitas que não se trata de um anjo comum. Dessa forma, esse anjo é identificado como o próprio Deus, o que indica uma pluralidade divina. Ele faz aqui uma relação entre as aparições do Anjo do Senhor e as teofanias. Comentando o texto de Gênesis 18 e 19, ele diz: “Aqui temos uma justaposição desconcertante e persistente de homens, anjos e o Senhor. É como se as fronteiras houvessem desaparecido. [...] A questão é que o Deus único se apresenta de um modo que gera dúvidas” (p. 52). Agostinho supõe que essa poderia ser uma aparição do Cristo pré-encarnado.

Outro aspecto interessante analisado no livro é o conceito de exegese prosopológica. Trata-se de um método utilizado, sobretudo, por alguns Pais da Igreja, para analisar a forma como Cristo e os autores do Novo Testamento interpretaram certos textos do Antigo Testamento, vendo em Jesus seu cumprimento real e mostrando a impossibilidade de tal cumprimento se dar em outros além de Cristo. Um exemplo é o Salmos 110.1: “O Senhor disse ao meu Senhor: assenta-te à minha direita, até que eu ponha teus inimigos debaixo dos teus pés”. Todos os autores neotestamentários que fizeram uso dessa passagem apontaram para Cristo como o seu cumprimento. E fica evidente, a impossibilidade de tal cumprimento se dar em qualquer outro que não ele. O argumento do Dr. Letham com isso, é que tal método exegético corrobora a ideia da Trindade presente nos mais diversos textos veterotestamentários.

Ainda nessa primeira parte, no capítulo denominado “Jesus e o Pai”, o autor enfatiza a relação entre o Pai e o Filho. Ele se vale de diversos textos em que Jesus está realizando obras que são atribuídas ao Pai no Antigo Testamento, o que atesta a divindade de Cristo. Para isso, ele investiga textos que apontam Jesus como Criador, Juiz, Salvador, dentre outros. Ele também aponta a adoração a Jesus como algo legitimado no Novo Testamento. Mostra Estevão orando a Jesus em Atos 7.59-60. E conclui dando destaque especial à preexistência de Cristo mencionada em Hebreus 1.3-4; 1Pedro 1.20; João 1.1-4; Apocalipse 1.17 e outros mais.

Há também um capítulo específico sobre o Espírito Santo. Nele, o autor destaca o desenvolvimento do Binitarismo e do Trinitarismo. Ele argumenta,

com base no trabalho de Larry Hurtado, que “Quase não há dúvida de que o foco explícito da adoração no Novo Testamento era Binitário. A importância evidente de Jesus Cristo e o impacto de sua ressurreição colocaram sob os holofotes uma concentração unificada de adoração a Deus Pai e ao Senhor Jesus Cristo” (p. 84). Mais adiante, ele diz: “O status do Cristo ressurreto está claramente no âmago da atenção da igreja. [...] Isso está totalmente em sintonia com a atividade do Espírito Santo, que não chama a atenção para si mesmo, mas para Cristo” (p. 86). Seu ponto não é negar que houvesse adoração ao Espírito Santo ou negar que houvesse uma consciência de sua divindade no Novo Testamento, mas sim evidenciar os papéis distintos de cada uma das pessoas da Trindade, o que, por si só, é uma prova da própria Trindade. O Dr. Letham então conclui mostrando que há um número maior de referências ao Espírito Santo no Novo Testamento em comparação com o Antigo Testamento. Somente Paulo menciona o Espírito Santo mais vezes que o Antigo Testamento inteiro.

Desenvolvimento histórico

A segunda parte é a maior do livro. Seu foco é analisar o desenvolvimento histórico da doutrina da Trindade e o autor já começa com o texto integral do Credo Niceno-Constantinopolitano de 381 d.C. Esse Credo possui grande importância para a História da Teologia, pois, dentre outras coisas, ele amplia a concepção do Credo Niceno no que diz respeito à divindade, procedência e adoração ao Espírito Santo.

Os Pais Apologistas foram os primeiros a investigar a relação entre o Filho pré-existente e o Pai. Eles usaram ideias originadas em Filo de Alexandria e enfatizaram os elementos de unicidade eterna com o Pai, como Palavra imanente em Deus, e sua manifestação na história humana como Palavra emitida ou expressa.

Após isso, o autor investiga a contribuição de Ireneu de Lião (130 a 200 d.C.). Ireneu combateu o herege Marcião e os gnósticos em suas concepções distorcidas sobre Deus. Apesar de não explicar a relação entre as três pessoas da Trindade, ele provou a sua existência a partir de eventos da história humana. Deu ênfase especial ao batismo de Jesus, onde o Espírito desceu sobre o Filho, e este o derramou, posteriormente, sobre seus seguidores. Também são analisadas as contribuições de Tertuliano (160 a 220) e Orígenes (185 a 254).

Um capítulo específico é destinado a falar sobre a controvérsia ariana e as controvérsias terminológicas relacionadas à Trindade. Termos como *hypostasis/ousia*, *homoousios*, *genetos/gennetos*, *agenetos/agennetos* são discutidos em seu devido contexto no período niceno. E no pós-niceno são discutidos: *anomeanos* e *eunomianos*, *homoousianos* e *homoiosianos*.

Há também um capítulo específico para tratar sobre a contribuição de Atanásio, arcebispo de Alexandria. Mesmo antes de haver uma ortodoxia definitivamente estabelecida, o trinitarismo atanasiano é evidente na forma como esse gigante da teologia trabalhou com o texto sagrado. Sua teologia envolvia três eixos básicos: criação, encarnação e divinização. Ele entendia que Jesus Cristo foi o agente que fez todas as coisas *ex nihilo*. Ele também entendia que a encarnação era o meio pelo qual o Senhor leva os pecadores à incorruptibilidade e acreditava que: “Ao tornar-se homem, Cristo recebeu e assumiu o que é nosso e, ao fazê-lo, santificou (divinizou-o), tornando-o adequado para a comunhão com Deus. Em troca, ele concedeu à humanidade a graça de participar da natureza divina. Essa troca na encarnação é a base para o ensino de Atanásio sobre a divinização (*theosis*): ‘Ele se fez carne para que fôssemos feitos Deus’” (p. 161).

Os demais capítulos da segunda parte se ocupam em analisar as obras dos capadócijs, Agostinho, o cisma entre o Oriente e Ocidente ocasionado pela cláusula filioque. E um capítulo específico é destinado à contribuição de João Calvino nas Institutas da Religião Cristã, versão de 1559. O Dr. Letham enfatiza que a exposição trinitária de Calvino é fundamentada na Bíblia em linguagem objetiva que evita, em grande medida, a terminologia filosófica. O ponto fundamental de sua argumentação está na defesa da divindade do Filho e do Espírito Santo. A discussão que se segue é sobre o quanto o trinitarismo de Calvino é inovador. Há quem afirme que ele se afastou do trinitarismo niceno, enquanto outros alegam que seu trinitarismo foi exclusivamente bíblico. A conclusão do Dr. Letham é que a atenção que Calvino dedicou às três pessoas o coloca mais perto da tradição Oriental que da Ocidental. Mas no fundo, ele foi um defensor profundamente conservador do trinitarismo.

Debate contemporâneo

O Dr. Letham afirma que a partir do século 17, por causa do Iluminismo, a doutrina da Trindade sofreu severos ataques. O que gerou uma série de réplicas

às críticas que foram feitas. Ainda assim, o paradigma pós-iluminista passou do estudo de Deus para o estudo do homem. A Bíblia continuou sendo atacada, e os estudiosos abandonaram a eternidade para dar ênfase à dimensão histórica dos estudos bíblicos. Isso fez com que a relevância das Escrituras fosse exclusiva a esse mundo, o que faz com que a revelação divina não revele Deus necessariamente como ele é eternamente em si mesmo.

Apesar disso, os raios de esperança brilharam, sobretudo com o teólogo suíço, Karl Barth, em sua célebre obra “Church Dogmatics”, que, segundo o tradutor da primeira metade da obra, trata-se da análise mais importante sobre a Trindade desde Agostinho. Mesmo considerando essas palavras como um exagero, o Dr. Letham afirma que ninguém duvida que a obra de Barth é de importância seminal. O autor segue então numa investigação minuciosa do pensamento trinitariano de Barth.

Ele também analisa em um capítulo separado as obras de Karl Rahner, Jürgen Moltmann e Wolfhart Pannenberg, apresentando críticas à forma como os dois últimos lidaram com a relação entre Trindade econômica e imanente.

Algo que chama a atenção de qualquer teólogo e estudante de teologia e que não se encontra facilmente em outras obras, é o capítulo destinado a analisar o pensamento Oriental contemporâneo sobre a Trindade. Na verdade, pouca coisa chega até nós sobre a teologia Oriental contemporânea, e o autor traz boas contribuições para amenizar essa carência. Ele analisa três teólogos: Sergii Bulgakov, Vladimir Lossky e Dumitru Staniloae.

Após a Revolução Bolchevique de 1917, muitos intelectuais orientais de destaque tiveram que se exilar no Ocidente. Isso gerou uma tensão entre o pensamento Ortodoxo e o Ocidental. Isso abriu as portas para a teologia oriental no Ocidente e fez com que sua forma de interpretar as Escrituras chamasse a atenção.

O autor conclui tecendo críticas ao pouco desenvolvimento epistemológico em relação à Trindade na teologia oriental, sobretudo na distinção feita entre essência e energias, identificando uma distinção real entre elas, o que coloca em xeque a simplicidade de Deus, pressupondo uma variedade de níveis em Deus e separando as ações de Deus do seu ser.

Questões fundamentais

A última parte funciona como uma espécie de aplicação do que foi apresentado até agora. O autor começa tratando sobre a Trindade e a Encarnação. Ele expõe

de forma clara e objetiva a noção de um ser, três pessoas. Discute a validade do uso do termo “pessoa” para se referir ao Pai, Filho e Espírito Santo. Aponta a indivisibilidade da essência divina, fala sobre a comunhão dinâmica presente na divindade e defende uma ordem específica entre as pessoas da Trindade, chamando a atenção para não confundir isso com uma hierarquização trinitária.

Há um capítulo especial sobre a Trindade, a adoração e a oração, mostrando como a base da adoração da igreja segue uma estrutura trinitária: “A adoração da igreja está fundamentada em quem Deus é e no que ele fez. [...] O Pai enviou o Filho por nós e para nossa salvação. [...] O Pai, juntamente com o Filho, enviou o Espírito Santo para habitar a igreja. O ministério do Espírito Santo é o de falar de Cristo, o Filho” (p. 488). O autor ainda fala sobre a Trindade e as missões, mostrando como a visão bíblica é fundamental para entender Deus, em contraste com visões islâmicas e das culturas pós-modernas.

Conclusão

Estamos diante de uma obra monumental que é inigualável do ponto de vista da abrangência e da profundidade em que trata de cada assunto. As referências bíblicas são vastas e fundamentais para compreender corretamente a doutrina.

A divisão das partes e dos capítulos é muito bem-feita, deixando o fundamento da Escritura em primeiro lugar. Após isso, o leitor atento já consegue identificar os problemas nas posições heréticas que são apresentadas. O debate histórico é relevante e contribui para percebermos que houve sim um desenvolvimento na forma de entender e explicar a Trindade, ao mesmo tempo em que nos dá segurança de que essa doutrina acompanha a igreja do Senhor por toda a sua existência e é vital para compreendermos de fato o nosso Deus como Ele se revelou a nós nas páginas da Bíblia Sagrada.

Mais uma obra excelente de Edições Vida Nova, que todo cristão, sobretudo pastores, seminaristas e professores, precisam ter em sua estante como obra de referência no assunto. Não apenas para entender melhor, como para levar novamente a Trindade para seus púlpitos, suas salas de aula, suas orações e seus momentos de adoração a Deus.



Willy Robert Henriques

Sobre o autor

Formado em Teologia pelo Seminário Martin Bucer. Mestrando em Divindades também pelo Seminário Martin Bucer. Estudou História, Geografia e Arqueologia do Antigo Oriente na ECTM (Escola de Capacitação Teológica Ministerial 2013-2014). Cursou teologia pelo CETADEB (2011-2013). Professor de teologia bíblica e sistemática no Instituto IBH (2017-2019). Professor de Teologia Histórica no Seminário Veritas em Juiz de fora (MG). Atualmente pastor da Igreja Batista Redenção em Juiz de Fora (MG). Casado com Rosy e pai do Abner.

Conhecendo as Antigas Doutrinas da Graça: um recado para jovens e velhos

Isaiás Lobão



Introdução

Há um renovado interesse nas Antigas Doutrinas da Graça. Contudo, essa redescoberta nem sempre é acompanhada de uma compreensão profunda do que significa, de fato, ser “reformado”. Ao longo desses anos, tenho observado debates estéreis sobre os *solas* da Reforma, sobre os “cinco pontos do calvinismo”, ou algum pequeno e obscuro ponto doutrinário. No entanto, os “debatedores” não mantêm uma relação saudável com a igreja. Não são membros de igrejas locais, onde podem servir com seus dons e talentos para o crescimento do reino.

Como nos alerta Joel Beeke e Mark Jones, muitos pastores, obreiros cristãos e jovens piedosos ao redor do mundo estão buscando viver uma fé bíblica e reformada de maneira que glorifique a Deus e edifique a sociedade. Contudo, há também aqueles que abraçam apenas parte da teologia reformada, afirmando a soteriologia calvinista, mas mantendo um estilo de vida que não reflete a santidade e a piedade exigidas pelas Escrituras. Essa desconexão entre doutrina e prática é evidenciada em formas de adoração e entretenimento que entram em conflito com a lei moral de

Deus. É crucial advertir que a verdadeira salvação pela graça deve ser acompanhada de uma vida piedosa e uma busca contínua pela santidade, sem cair no legalismo, enquanto as Doutrinas da Graça, corretamente entendidas, se opõem à indiferença moral e ao mundanismo (BEEKE; JONES, 2016: 1191-1192).

Um pouco da minha caminhada

Abracei as Doutrinas da Graça em 1991. Desde então, tive a oportunidade de acompanhar de perto a publicação de vários livros, a fundação e revitalização de igrejas, a realização de inúmeras conferências e o início do ministério de pregadores que hoje são amplamente reconhecidos. Essas experiências não apenas solidificaram minha fé, mas também me permitiram observar o impacto profundo dessas doutrinas na vida cristã.

No final dos anos 90 e início dos anos 2000, com a chegada da internet, tive a oportunidade de acessar uma vasta gama de materiais e recursos que antes só conhecia por meio de citações e referências dispersas em livros e artigos impressos. Nesse período, participei da famosa Lista dos Cristãos Reformados, que contava com membros como Franklin Ferreira, Felipe Sabino, Solano Portela, Juan de Paula, Vinicius Musselman Pimentel, Guilherme Carvalho e Fernando de Almeida, entre outros que hoje são bastante conhecidos.

Também acompanhei algumas controvérsias significativas, como a demissão dos professores do Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper e a mudança editorial da revista *Fides Reformata*, que na época apelidamos de “*Fides Liberata*” devido à sua guinada para uma perspectiva mais liberal. Também testemunhei outra controvérsia envolvendo a Convenção Batista Fluminense, que recebeu, em 01 de abril de 2005, uma resposta formal intitulada *Et Illuminatio Fides*, criticando o posicionamento da convenção às “doutrinas ou convicções calvinistas” da Primeira Igreja Batista em Volta Redonda. Além disso, acompanhei a criação da Comunhão Reformada Batista do Brasil, um marco importante para o movimento reformado no país, especialmente entre segmentos de pastores batistas da Convenção Batista Brasileira que, nesse contexto de transformação, não reconheceram o direito das igrejas de adotarem posições calvinistas.

O Rev. Juan de Paula Siqueira, aqui na Revista Teologia Brasileira, também analisou crescimento da teologia reformada no Brasil (SIQUEIRA, 2018). Recomendando a leitura.

Caminhos confusos

Ao longo dos anos, observo um padrão recorrente entre os novos adeptos das doutrinas reformadas. Ao adquirir um conhecimento superficial através das redes sociais, rapidamente se consideram guardiães da Reta Doutrina. Assumem o papel de críticos inflexíveis, formando uma espécie de “Supremo Tribunal Confessional” onde julgam e condenam aqueles que, em sua opinião, se desviam das interpretações corretas. Essa transição para a teologia reformada, muitas vezes, ocorre de maneira reativa, resultando em uma vitalidade potencial, mas que corre o risco de ser sufocada pela imaturidade e falta de orientação pastoral adequada. Por isso, precisamos de sabedoria. Lloyd-Jones, nas Conferências Puritanas ocorridas na Capela Westminster, afirmou: “E enquanto o coração de um homem estiver certo, embora sua cabeça esteja errada, sejamos pacientes com ele, procuremos ajudá-lo. Não passemos o tempo apenas provando que estamos certos e que todos os outros estão errados” (LOYD-JONES, 1993, 54).

Simultaneamente, é desolador constatar que muitos veteranos na fé, outrora firmes em suas convicções, têm abandonado essas crenças em busca de sucesso e pragmatismo. Eles criticam a postura agressiva dos novos reformados, muitas vezes ressentidos pelo sucesso desses jovens em mobilizar pessoas e fazer crescer suas igrejas. Esse ressentimento levou alguns a desviarem-se para o misticismo e soluções mais populares, abandonando as convicções reformadas em favor de caminhos mais fáceis. O fenômeno é uma triste ironia: enquanto os jovens imaturos correm o risco de sufocar a verdadeira reforma com sua rigidez, os mais velhos se afastam dela em busca de estratégias mais fáceis, mas espiritualmente vazias. Por isso, é importante nos atentarmos ao alerta de Carl Trueman, “não é simplesmente salvar a Reforma de seus difamadores; ela necessita ser salva de alguns de seus amigos” (TRUEMAN, 2013, 16).

Acredito firmemente que o que precisamos é de um equilíbrio saudável. Precisamos de jovens ponderados e de velhos radicais. Para os jovens, o remédio é o mesmo desde sempre: Maturidade: Jovens, envelheçam. Permitam que suas certezas, radicalismos e arrogâncias sejam suavizados e refinados pelo tempo e pela experiência. A maturidade espiritual não pode ser apressada, mas é cultivada através da paciência, do estudo diligente e da vida em comunidade. Quanto aos veteranos, é crucial que firmem seus passos e não abandonem suas convicções. Velhos, permaneçam fiéis. Não se deixem levar pelo desânimo ou pela inveja. Em

vez disso, tomem a iniciativa de orientar e apoiar os mais jovens. A igreja necessita da sabedoria acumulada ao longo dos anos, e é responsabilidade dos mais velhos passá-la adiante com graça e humildade.

O caminho proposto

Existem momentos na história em que as circunstâncias e desafios demandam dos seguidores de Cristo uma postura ainda mais firme e resoluta. Creio firmemente que estamos vivendo exatamente um desses momentos. Hoje, mais do que nunca, a igreja é chamada a ser uma testemunha fiel em meio a uma cultura que questiona a verdade absoluta, rejeita a autoridade das Escrituras e celebra valores que estão em total desacordo com os ensinamentos de Cristo. Essa não é uma era para concessões; é um tempo que exige coragem espiritual, clareza doutrinária e uma convicção inabalável naquilo que cremos. Assim como os cristãos do passado enfrentaram desafios que exigiram deles uma postura firme — seja diante da perseguição, da heresia ou da pressão cultural — nós, hoje, somos chamados a fazer o mesmo.

O caminho proposto é sempre o mesmo. Sustentar a verdade e defendê-la com amor. Não se trata apenas de uma tarefa intelectual. Nas palavras de R. Albert Mohler Jr. “crentes confessionais amam a verdade e refutam o erro, não com espírito soberbo e vingativo, mas num espírito de humildade e fidelidade” (BOICE; SASSE, 2021. 16). A fé reformada não pode ser vivida em isolamento, nem pode ser reduzida a meras discussões teológicas. Ela deve ser nutrida e aplicada no contexto da igreja local, onde a doutrina encontra sua expressão na prática da vida cristã, na adoração corporativa, no serviço abnegado, e na missão evangelística.

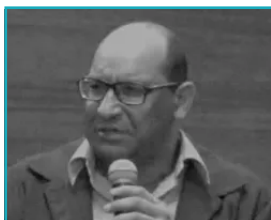
Além disso, a fé reformada exige uma convicção profunda na inspiração, infalibilidade, inerrância e suficiência da Palavra de Deus. São fundamentos que devem moldar cada aspecto da vida cristã. Francis Schaeffer, refletindo sobre a condição da igreja no final dos anos 1970, levantou uma advertência que permanece incrivelmente relevante para os dias de hoje. Ele afirmou: “A negligência dos evangélicos em assumir uma posição nitidamente bíblica acerca das questões críticas da nossa época deve ser considerada uma negligência em viver sob a autoridade plena da Palavra de Deus em todos os aspectos da vida” (SCHAEFFER, 2010, 346). Schaeffer via claramente que quando a igreja se afasta do compro-

misso com a autoridade das Escrituras, ela corre o risco de perder seu impacto e testemunho em uma cultura cada vez mais secularizada.

Portanto, ao buscarmos resgatar as antigas Doutrinas da Graça, devemos fazê-lo com sabedoria e discernimento. O mundo evangélico de hoje está em risco de perder sua fidelidade bíblica, sua bússola moral e seu zelo missionário, características que outrora foram os pilares da fé reformada. Devemos reconhecer e nos arrepender do mundanismo que tem se infiltrado em nossas vidas e igrejas, desviando-nos da verdadeira essência do evangelho. Temos sido influenciados por “evangelhos” propagados por nossa cultura secular, que, na realidade, não são evangelhos. É vital que voltemos às raízes da fé reformada, reafirmando nosso compromisso com a Palavra de Deus, a santidade de vida e a missão de proclamar o verdadeiro evangelho ao mundo.

Referências bibliográficas

- BEEKE, J. R.; JONES, M. *Teologia puritana: doutrina para vida* (São Paulo: Vida Nova, 2016).
- BOICE, J. M.; SASSE, B. *Reforma hoje* (São Paulo: Cultura Cristã, 2021)
- LOYD-JONES, D. M. *Os puritanos: suas origens e seus sucessores* (São Paulo: PES, 1993).
- SCHAEFFER, F. A. *A igreja no século 21* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010).
- SIQUEIRA, J. de P. Tupiniquins para a glória de Deus: a redescoberta e o crescimento da fé Reformada no Brasil. *Teologia Brasileira*, [s. l.], n. 53, 2018. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/tupiniquins-para-a-gloria-de-deus-a-redescoberta-e-o-crescimento-da-fe-reformada-no-brasil/>.
- TRUEMAN, C. R. *Reforma: ontem, hoje e amanhã* (Recife: Os Puritanos/Clire, 2013).



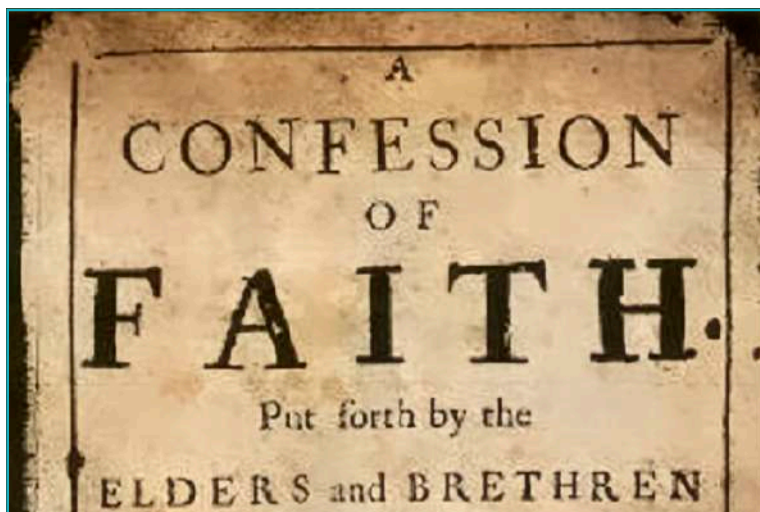
Isaias Lobão Pereira Júnior

Sobre o autor

Professor do Instituto Federal do Tocantins. Mestre em teologia pela Faculdade EST. Especialista em Gestão Pública (Faculdade Metropolitana de São Paulo), docência do Ensino Superior (Faculdade Albert Einstein). Bacharel e Licenciado em História (UnB). Bacharel em teologia (Faculdade Cristã Evangélica do Planalto). Licenciado em Ministério de Juventude. Escola de Liderança e Ministério (ELIM) Belo Horizonte - MG. É presbiteriano. Pesquisador do GP-GIM. Grupo de Pesquisa em Gestão, Inovação e Mercados do Instituto Federal de Goiás e Grupo de Estudos em Antiguidade Tardia - GAT. Membro da Society of Biblical Literature (SBL) e da World Reformed Fellowship (WRF). Alumni da Summer School 2019 do Instituto Mises Brasil. Casado com Talita é pai da Ana Clara e do Daniel.

O cristão e o governo civil: um breve estudo do capítulo XXIV da Confissão Batista de Londres de 1689

Jefferson Oliveira



RESUMO: O presente trabalho visa a uma discussão acerca da legitimidade do exercício de poder dos governos civis, do ponto de vista bíblico, considerando a repulsa pós-moderna a ideia de autoridade e submissão. Expõe brevemente um capítulo da Confissão de Fé de Londres de 1689, “Sobre o Magistrado Civil”, partindo do pressuposto que as confissões reformadas históricas, com seu ensino condensado e sistematizado, são úteis para a edificação da igreja e um bom ponto de partida para discutir as principais doutrinas cristãs.

PALAVRAS-CHAVE: Governo civil; Confissões reformadas; CFB1689.

Introdução

Vivemos numa época de crise de autoridade. Geralmente se costuma associar o próprio conceito de autoridade a algo negativo, usado para fins de dominação e opressão, como insistem as narrativas pós-modernas. Pensa-se em “poder” como algo utilizado desnecessariamente, só porque é vantajoso para quem o exerce.

Outros defendem que a autoridade precisa ser exercida simplesmente porque outras instâncias, como a educação, falharam, e então apela-se a ela por fim. A relação de autoridade seria então um mal necessário.

É possível que essas percepções sejam fomentadas pelos maus exemplos daqueles que exercem autoridade, os quais, muitas vezes, aproveitando-se das prerrogativas do seu exercício, se envolvem com corrupção ou confundem essas prerrogativas com autoritarismo. Mas não apenas isso. A verdade é que para uma sociedade cuja cosmovisão reflete as características do pós-modernismo, que tem dificuldade com o absoluto e com o conceito de verdade, a ideia de autoridade sempre é vista como algo ruim. Por conta disso, até mesmo muitos pais educam seus filhos alheios a qualquer conceito de autoridade, acreditando que não podem dar ordens ou dizer “não”, pois isso iria tolher suas potencialidades. Como resultado, os pequenos crescem acreditando que todo aquele que exerce autoridade é um tirano que quer limitar sua liberdade. Nessa lista de tiranos, encontram-se professores, policiais, agentes de trânsito, líderes eclesiásticos, juízes etc.

Mas o que a Palavra de Deus nos ensina sobre isso? O exercício da autoridade de uns sobre outros é algo inerentemente ruim? Ou há legitimidade para a existência dessa esfera chamada Governo Civil? O capítulo XXIV da Confissão de Fé Batista de 1689 (CFB) nos ajuda a sintetizar o ensino bíblico sobre esse tema, que todo cristão deve atentar, apresentando-o em três parágrafos.

1. As autoridades foram ordenadas por Deus

Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, ordenou os magistrados civis para que estejam, abaixo dEle, sobre o povo, para a Sua própria glória e para o bem público; e para este fim, os armou com o poder da espada, para defesa e incentivo dos que fazem o bem, e para castigo dos malfeitores. (1Rm 13.1-4) (CFB, capítulo XXIV, § 1º).

Com base nesse parágrafo da confissão, podemos extrair as seguintes conclusões: 1) a origem do poder dos magistrados é o próprio Deus; 2) os magistrados estão abaixo de Deus e acima do povo; 3) o propósito da ordenação dos magistrados é duplo: glorificar a Deus e promover o bem público; e 4) para cumprirem o propósito, as autoridades foram dotadas do poder da espada. Mas essas conclusões coadunam com o ensino das Escrituras? Acreditamos que sim, pelas razões que passamos a apresentar.

A principal base bíblica para esse ensino se encontra no texto de Romanos 13:1-4. O apóstolo Paulo inicia o capítulo 13 explicando àqueles crentes a razão pela qual eles deviam obediência às autoridades. Interessante notar que a abordagem feita por ele logo no início inclui a expressão “toda alma”. Isso certamente demonstra que todos, sem exceção, crentes e descrentes, devem estar sujeitos às autoridades, embora a carta tenha sido endereçada aos crentes. O imperativo possui duas razões, e ambas envolvem a procedência divina: 1ª) porque não há autoridade que não proceda de Deus; 2ª) as autoridades que existem foram por ele instituídas.

O argumento segue apresentando o lado negativo, isto é, o que significa a não sujeição às autoridades, e a consequência disso: opor-se à autoridade significa resistir à ordenação do próprio Deus, e o resultado é trazer julgamento sobre si mesmo.

A procedência divina da autoridade aqui explicada por Paulo coaduna perfeitamente com o que o próprio Senhor Jesus disse a Pilatos, depois que este lhe advertiu: “Não me respondes? Não sabes que tenho autoridade para te soltar e autoridade para te crucificar?” (Jo 19.10) Ao passo que Jesus, que até aquele momento se mantinha calado, abre sua boca para responder: “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada” (Jo 19.11). Naquele momento, Jesus não somente reconheceu que Pilatos detinha autoridade sobre ele, como também explicou a origem dessa autoridade, isto é, “de cima”.

É bastante provável que o pano de fundo utilizado por Paulo seja o contexto da aliança com Noé em Gênesis 6-9. Foi naquele contexto que Deus estabeleceu o governo humano como um instrumento de preservação da humanidade. Considerando que o próprio Deus afirmou que era ele quem iria requerer o sangue do ser humano que fosse derramado (Gn 9.5), e logo em seguida diz que o sangue do assassino seria derramado pelo próprio ser humano (Gn 9.6), conclui-se que a prerrogativa de requerer o sangue é de Deus, mas foi delegada aos seres humanos. Essa autoridade delegada, expressão da graça comum, certamente estava na mente do apóstolo ao declarar que não há autoridades que não venham de Deus, e que por ele foram instituídas.

Visto que a autoridade é ministro de Deus, vingador para castigar quem pratica o mal, o criminoso com razão deve temê-la. O apóstolo, entretanto, acrescenta uma nota: “porque não é sem motivo que ela traz a espada”. Esse texto

indica com clareza que o governo civil é portador da espada e, portanto, também é o responsável por executar a justiça na terra.

Craig S. Keener, em seu *Comentário Histórico-Cultural da Bíblia*, ao se pronunciar sobre o texto de Romanos 13.3-5, explica que “a ‘espada’ refere-se ao método de execução padrão no período (a decapitação); em épocas anteriores, usava-se o machado. As espadas eram levadas à frente dos oficiais romanos para indicar sua autoridade sobre a vida e a morte” (2017, p. 538). Já João Calvino, no seu clássico comentário de *Romanos*, informa que “a segunda parte da função dos magistrados consiste no dever de reprimir pela força a insolente conduta dos perversos, que não se deixam governar espontaneamente pelas leis, bem como infligir-lhes castigo de acordo com suas ofensas, à luz do veredicto divino. O apóstolo declara explicitamente que os magistrados são armados com espada não como vã exibição, mas a fim de castigar os malfeitores” (2014, posição 10489, edição Kindle).

Portanto, os cristãos devem entender que as autoridades foram instituídas por Deus, verdadeiros delegados para cuidarem da administração da justiça pública.

2. A licitude do exercício da autoridade pelos cristãos

É lícito que os Cristãos aceitem e exerçam o ofício de magistrado, quando chamados a isso; e em sua administração, eles devem especialmente manter a justiça e a paz, segundo todas as leis de cada reino e comunidade, de modo que, para esse efeito, podem legalmente, agora sob o Novo Testamento, empreender guerra em ocasiões justas e necessárias. (2Sm 23.3; Sl 82.3-4; Lc 3.14) (CFB, capítulo XXIV, § 2º).

Certamente esta é uma dúvida que pode pairar sobre os cristãos sinceros, tendo em vista que aparentemente um magistrado poderia ordenar coisas que, fora do contexto correto, pareceriam contrárias ao que condiz com a postura de um discípulo de Jesus. Nesse sentido, como um magistrado, o cristão poderá determinar a restrição de direitos, como privar a liberdade, e, nos casos em que ela é permitida, aplicar a pena capital. Da semelhante forma, como um policial, ele poderá precisar entrar em confronto com criminosos e vir a tirar a vida de outrem. Desse modo, se não entendermos o papel das autoridades, poderemos pensar que o exercício dessas coisas é incompatível com a fé cristã.

O cerne da questão reside no fato de que as autoridades não fazem nada em nome próprio, mas no nome daquele que lhes conferiu a autoridade. Embora no plano sociológico os homens entendam que o poder exercido pelas autoridades públicas vem do povo, por conta de um suposto contrato social, sabemos muito bem, conforme visto no parágrafo anterior da confissão, que na verdade esse poder vem do único que detém todo o poder, o Deus criador de todas as coisas. Assim, quando homens exercem autoridade sobre outros, estão fazendo em nome de Deus, ainda que não reconheçam isso. Foi o Senhor quem lhes entregou a autoridade para prenderem, processarem e julgarem criminosos. Portanto, nada disso é feito por sua própria autoridade, mas pela autoridade daquele que conferiu o poder. Eis o fundamento pelo qual cristãos podem exercer papéis de autoridade na sociedade, o que de certa forma é até mais preferível, visto que são os únicos que entendem o caráter delegado do poder que receberam, e por isso deveriam ser mais responsáveis com esse poder.

Como dito, o poder conferido por Deus consiste também numa responsabilidade, a de manter a justiça e a paz. E o cristão consciente da fonte do poder, deve ser totalmente responsável perante ele. É, nesse sentido, um exercício de fé e piedade o cumprimento com diligência dessa responsabilidade diante do Senhor.

No último capítulo de suas famosas Institutas, ao tratar do Poder Civil, João Calvino também é bastante contundente nesse sentido:

10. A essa altura põe-se um problema muito difícil e complexo, a saber, se a Lei de Deus proíbe aos cristãos de matar. Porque se Deus o proíbe (Êx 20.13; Dt 5.17; Mt 5.21), e o profeta anuncia que a Igreja, que é o Monte Santo de Deus, não fará mal algum (Is 11.9; 65.25), como é possível que os magistrados derramem sangue sem cometer pecado? Contudo, se compreendermos que o magistrado, ao punir, nada faz em nome próprio, mas executa os juízos de Deus, então este escrúpulo não poderá nos confundir. É verdade que a Lei proíbe matar; no entanto, a fim de que os homicidas não fiquem impunes, Deus, sumo legislador, pôs a espada na mão de seus ministros para usá-la contra os homicidas. Portanto, não se pode considerar dano ou ofensa o fato de que os juízes vinguem, por mandato do Senhor, as aflições padecidas pelos bons. Prouvera que nos lembrássemos sempre de que isso não se faz por iniciativa temerária dos homens, mas por autoridade divina, a qual nos impede de desviar do bom caminho, a menos que se pretenda impedir a justiça divina de punir a perversidade. Mas, se não é

lícito impor leis a Deus, por que caluniar os seus ministros? Não é em vão que trazem a espada, diz Paulo, pois são ministros de Deus e instrumentos de sua justiça para punir àqueles que fazem o mal (Rm 13.4). Entendam os príncipes e demais autoridades que não há nada mais agradável a Deus que a obediência, a piedade, a justiça e a integridade, e se empenhem na correção e punição dos maus. (2009, Tomo II, p. 884-5)

Além disso, no tocante à participação na guerra, os cristãos também devem compreender que existem guerras justas e injustas, sendo lícito participarem das primeiras. João Batista, ao responder aos soldados sobre o que deveriam fazer, disse-lhes três coisas: não tratar ninguém mal, não defraudar ninguém e contentar-se com o soldo (Lc 3.14). Em nenhum momento eles foram instados a abandonarem o seu chamado de soldado por que isso seria incompatível com uma vida que agrada a Deus. Disso se depreende que é possível ao cristão participar de conflitos armados, se a causa for justa.

3. O dever de obediência e submissão às autoridades

Sendo os magistrados civis instituídos por Deus para os fins supracitados; requer-se de nós a obediência, no Senhor, em todas as coisas lícitas ordenadas pelas autoridades, não apenas por causa da punição, mas como dever de consciência.⁴ Devemos suplicar e orar pelos reis e por todos os que estão investidos de autoridade, para que, sob seu governo, vivamos uma vida quieta e sossegada, com toda piedade e honestidade. (Rm 13.5-7; 1Pe 2.17; 1Tm 2.1-2) (CFB, capítulo XXIV, § 3º).

O terceiro parágrafo da confissão consiste numa conclusão com aplicações: o que fazer diante do ensino anterior. Convencidos da origem divina do poder exercido pelas autoridades públicas, a reação esperada é a obediência e submissão. Como falado anteriormente, toda alma deve estar sujeita, crentes e descrentes. E essa sujeição engloba, inclusive, o dever de pagar tributos (Rm 13.5-7).

Por mais que possa ser difícil para um cristão que não concorda com certas posturas e decisões do governo estabelecido, é preciso se submeter a ele. A submissão envolve o bom testemunho no cumprimento das leis, no exercício da cidadania e no respeito pelas figuras de autoridade. Precisamos lembrar que não respeitamos apenas a pessoa do governador ou do presidente, por exemplo, mas

o cargo por ele ocupado. Evidentemente que a submissão não significa concordar com tudo, muito menos obedecer a leis que se coloquem contra nossa consciência diante de Deus, pois antes importa obedecer a Deus que aos homens (At 5.29).

Além disso, a Bíblia nos insta a orarmos por eles, pedindo que Deus os abençoe, lhes concedendo sabedoria para tomar as melhores decisões em prol de todos os governados, e para que tenhamos vida pacífica nesta terra quando for possível (1Tm 2.1-2). Devemos também agradecer pela sua existência, pois é uma expressão da graça comum. É em virtude do governo estabelecido que podemos contar com a força policial para dar um pouco de tranquilidade nas ruas, que o mínimo de saúde e assistência chegue aos menos favorecidos, e que recursos obtidos através dos tributos possam ser destinados a obras que melhoram a vida das pessoas como um todo. Infelizmente, isso está longe de ser perfeito, mas nem por isso deixa de ser uma expressão da graça de Deus. Talvez até estejamos, pelo contexto do estado social em que vivemos, mal acostumados a esperar muito mais do Estado do que ele realmente pode ou deveria proporcionar. Mas independentemente disso não podemos negar que Deus atua com sua graça através dessas coisas, sobre os bons e os maus, porque Ele é misericordioso.

Considerações finais

As confissões de fé sintetizam o ensino sistemático das Escrituras (mas não em pé de igualdade ou infalíveis como esta) e consistem em ferramentas da igreja que foram aprovadas no teste do tempo, razões pelas quais são bastante proveitosas para os cristãos que as usam com sabedoria. Nesse sentido, vimos que a CFB, no seu capítulo referente ao poder civil, traz um ensino condensado em poucas palavras, mas profundamente bíblico.

Foi o próprio Senhor Deus que ordenou as autoridades, com vistas à preservação do homem, uma verdadeira expressão da sua graça comum. Ele conferiu essa autoridade para sua própria glória e para a promoção do bem público entre os homens. Para que essas autoridades conseguissem atingir esse fim, foram dotadas do poder da espada, a fim de que pudessem infligir castigos contra os maus e recompensar os bons.

Desse modo, os cristãos que possuem essa vocação também podem ser investidos nesses cargos de autoridade, visto que o seu exercício não é incompatível com a fé. Na verdade, agradam a Deus as autoridades que no seu mister funcional

aplicam a justiça, muitas vezes restringindo direitos e liberdades, porque não o fazem em nome próprio, mas no nome de Deus. Nesse sentido, o cristão, mais consciente da origem divina do poder, deve ser o mais responsável e justo quando investido nessas funções.

Por fim, o dever de sujeição e obediência às autoridades deve ser algo natural para o cristão, visto que ele entende o fundamento desse dever. Assim, não somente pelo medo do castigo, mas pela consciência do que é correto a se fazer, o cristão é cidadão exemplar não somente da esfera espiritual, mas também desta esfera temporal. Isso inclui apresentar nossas orações a Deus em favor das autoridades, a fim de que tenhamos vida mais tranquila, e também agradecer pela graça do Senhor derramada sobre todos através das ações benéficas dos governos.

Diferente do homem pós-moderno, o cristão não entende autoridade como sinônimo de opressão. O cristão sabe que há um Rei justo que exercerá de forma plena seu poder sobre toda a criação redimida, e também sabe que terá alegria inesgotável em se submeter a esse poder por toda a eternidade.

Referências bibliográficas

- A Confissão de Fé Batista de 1669, um catecismo puritano compilado por C. H. Spurgeon. 9 ed. Tradução: William Teixeira e Camila Teixeira (Francisco Morato: O Estandarte de Cristo, 2016).
- CALVINO, João. *A instituição da religião cristã*. Tomo II, Livros III e IV. Tradução: Elaine C. Sartorelli e Omayr J. de Moraes Jr. (São Paulo: UNESP, 2009).
- _____. *Romanos*. Tradução de Valter Graciano Martins (São José dos Campos: Fiel, 2014). (edição Kindle)
- KEENER, Craig S. *Comentário histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento*. Tradução: José Gabriel Said, Thomas Neufeld de Lima (acréscimos da segunda edição em inglês) (São Paulo: Vida Nova, 2017).



Jefferson Oliveira

Sobre o autor

Formado em Teologia pelo Escola Teológica Charles Spurgeon (Fortaleza/CE). Especialização em Teologia pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper - CPAJ (São Paulo/SP). Mestrando no programa Magister Divinitatis (MDiv), com ênfase em Teologia Filosófica, pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper - CPAJ (São Paulo/SP). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Farias Brito – FBUNI (Fortaleza/CE). Professor residente na Escola Teológica Charles Spurgeon (Fortaleza/CE). Membro da Igreja Batista de Parquelândia (Fortaleza/CE), onde serve no ministério de louvor e coordena o ministério de Pequenos Grupos. Casado com a Cristina Gino e pai da Sophia.

Uma análise sobre o papel da liderança eclesial para a formação integral na perspectiva da cosmovisão cristã

Donato Farinelli de Souza



1. Introdução

Há muito tempo o tema da formação humana vem sendo discutido em diferentes campos do conhecimento, principalmente os associados às ciências humanas. Isso é importante ressaltar, visto o alcance e a importância atribuídos quer sejam às pesquisas, como às descobertas efetivadas, inclusive as mais recentes chamadas neurociência.

Assim, percebe-se que a tônica em desvendar a forma como o ser humano aprende, comporta-se e tece relações com objetos, e como se forma o conhecimento, é um desafio que se vislumbra com muito interesse pela área de educação. Nela está a intenção da prática e do trabalho educativo, principalmente quando se precisa pensar ou mesmo assegurar um processo educativo pautado na excelência.

A partir dessa perspectiva, resalta-se a importância da excelência no âmbito educacional no contexto de comunidades eclesiais. Por não se tratar apenas de uma transmissão mecânica de conteúdos, mas um ensino vivencial de princípios

abarcados pela verdade revelada, poderá proporcionar um alcance mais amplo na sua missão e na sua responsabilidade. Esse contexto requer do educador seu compromisso com a Fé na forma de transmitir o conhecimento. Afinal, não se vive o que não se crê, e a condição de viver está seguramente correlacionada a uma visão de mundo, a qual se atribui o nome de cosmovisão.

Uma cosmovisão pode ser definida como um conjunto de pressuposições (suposições que podem ser verdadeiras, parcialmente verdadeiras ou totalmente falsas) sobre a formação básica do mundo, ou seja, ela expressa um sistema de crenças completo de uma pessoa, fornecendo as respostas a questões filosóficas básicas que perturbam e incitam o ser humano, e que influenciam como o ser humano deve viver, se mover e existir.

A cosmovisão pode ser representada a partir de uma complexa inter-relação da consciência humana com o mundo externo, o qual faz emergir um senso sofisticado de quem é o ser humano e da natureza que existe a sua volta. Somando-se a isso, ela pode conter, ainda, um senso de valores, pavimentando o caminho para uma ordem mais elevada do comportamento prático de cada pessoa e um plano mais abrangente de vida.

Reconhece-se, que o tema sobre a cosmovisão vem sendo discutido em diferentes campos teológicos, principalmente no associado à perspectiva cristã a ser observada pela liderança ministerial, pelo grau de influência exercido no âmbito da comunidade eclesial, no que diz respeito aos pressupostos da fé defendidos e assumidos como estrutura básica da vida.

Dessa forma, a cosmovisão secularista¹ quando confrontada com questões essenciais são desestabilizadas pela cosmovisão cristã bíblica, visto que esta última é a única que responde com coerência e objetividade sobre o sentido de ser e existir no cosmos, na medida em que oferece evidências sobre o ponto inicial da vida, da moralidade, do mal e do conhecimento. A cosmovisão cristã bíblica alicerça o sentido de ser e existir do cosmos.

¹O termo secularista refere-se a base pós-moderna em que se encontra a sociedade contemporânea. Essa base pós-moderna defende conceitos como relatividade da verdade, hedonismo, subjetividade, perspectiva construtivista. Para conhecer mais sobre essa visão de mundo, consulte os trabalhos efetivados por Darrow Miller, Zygmund Bauman e Stanley J. Grenz.

Diante disso, o presente artigo visa apresentar o valor da cosmovisão cristã bíblica na formação da liderança e sua aplicabilidade no contexto eclesiástico, à medida que discorre sobre o sentido de ser deste sistema de crença. Para tal, faz-se necessário conceituar o que se denomina cosmovisão, sua estrutura e finalidade. Elegem-se os seguintes objetivos específicos: analisar o papel e a influência da liderança eclesiástica à luz da cosmovisão cristã bíblica, descrever a aplicabilidade da perspectiva teorreferente na formação de novos líderes ministeriais.

Neste intento, a metodologia usada será uma pesquisa bibliográfica e descritiva, visto que se apoia tanto em aportes teóricos como na descrição do objeto eleito. No ato da elaboração do texto, faz-se necessário eleger a seguinte problemática: como o impacto da perspectiva secularista na comunidade eclesiástica afeta a formação de novos líderes ministeriais, quando não há aprofundamento, compreensão e fundamentação do líder cristão nos pilares basilares da cosmovisão cristã?

Um líder ministerial é formado para exercer sua missão no contexto eclesiástico, mantendo um posicionamento cristocêntrico, mesmo diante dos desafios das perspectivas secularistas e de seus pressupostos, que não podem ser impedimentos para que ele permaneça fundamentado na cosmovisão cristã e, principalmente, quando isso está direcionado à formação de novos líderes ministeriais.

2. Um olhar sobre o conceito de cosmovisão

A cosmovisão pode ser representada a partir de uma complexa inter-relação da consciência humana com o mundo externo, o qual faz emergir um senso sofisticado de quem é o ser humano e da natureza que existe a sua volta. Somando-se a isso, ela pode conter, ainda, um senso de valores, pavimentando o caminho para uma ordem mais elevada do comportamento prático de cada pessoa a um plano mais abrangente de vida. Naugle² fornece um resumo útil para uma compreensão mais ampla do conceito de cosmovisão, ao esclarecer que:

[...] a estrutura metafísica axiológica e moral de uma cosmovisão deriva dos constituintes da psique humana – intelecto, emoção, e vontade, respectivamente. As visões macrocósmicas, em sua composição e conteúdo, são intrinsicamente reflexivas da constituição interna dos seres humanos microcósmicos, enquanto eles tentam alumiar a escuridão do cosmo.

²Naugle, 2017, p. 128

Assim, percebe-se a necessidade da compreensão da realidade e das estruturas que são inerentes a mente humana (mente, emoção e vontade), como uma estrutura modeladora da pessoa, podendo flutuar acrescentando ou subtraindo ideias, valores e ações consistentes ou inconsistentes e, que apesar dos seres humanos formularem suas perspectivas de vida na mente, nem sempre obtém o resultado esperado, pois a cosmovisão obtida em função da fé, precisa estar ancorada nas águas dinâmicas, as quais estão sempre fluindo dos rios da vida.

Segundo Domingues (2020), uma cosmovisão pode iniciar-se a partir de uma história contada ou de um conjunto de pressuposições de como os grupos sociais tecem leituras da realidade. Um ponto que define a cosmovisão é que ela parte do princípio de um raciocínio lógico, que contém premissas e que serão consideradas verdadeiras ou falsas, diante do resultado apresentado.

Os pressupostos são estruturados de maneira lógica, a fim de que possam ser validados ou não na realidade. Sua validação ocorre por intermédio do grupo social, ao encontrar correlações e correspondências entre as premissas levantadas. As premissas podem ser verdadeiras ou falsas, por isso que cabe analisá-las e confrontá-las com as conclusões desenvolvidas. Pode-se, ainda, entender o conceito de cosmovisão por meio da ilustração de lentes que são utilizadas pelo ser humano para fazer interpretações sobre a realidade. Neste sentido, é possível dizer que:

Cosmovisão é o modo pelo qual a pessoa vê ou interpreta a realidade. A vida. Uma cosmovisão influencia muito a maneira em que a pessoa vê Deus, palavra *Weltanschauung*, que significa ‘um mundo e uma visão de vida’, ou um paradigma. É a estrutura por meio da qual a pessoa entende os dados das origens, mal, natureza humana, valores e destino (GEISLER, 2002, p. 188).

Assim, a partir do conceito exposto, pode-se compreender que a cosmovisão que permeia a vida da pessoa e que envolve aquilo que cada indivíduo é, o que ele defende, o que ele vive, está pautado nas razões e nos sentimentos que dão sentido às interpretações efetivadas. Sire desenvolve um conceito que vai mais além de leituras, visto que na sua percepção a cosmovisão não atinge apenas o esquema mental, mas alcança profundamente o coração, ou seja, aquilo que cada ser humano atribui valor para a existência. Ele defende que:

Uma cosmovisão é um compromisso, uma orientação fundamental do coração, que pode ser expresso como uma narrativa ou como um conjunto de pressu-

posições (suposições que podem ser verdadeiras, parcialmente verdadeiras ou inteiramente falsas) que nós sustentamos (consciente ou inconscientemente) sobre a constituição básica da realidade, e que provê o fundamento sobre o qual vivemos, nos movemos e existimos (SIRE, 2019, p. 179).

O conceito de Sire introduz o tema da narrativa, que se fundamenta em pressupostos, embora ressalte o desejo do coração, bem como o sentido da vida e das respostas essenciais. Ele defende que a cosmovisão a partir de uma história narrada e de um conjunto de pressupostos, possibilita aos grupos sociais se moverem, viverem e existirem, visto que elas pavimentam o caminho que sustentará o modo de pensar a realidade. A cosmovisão, então, faz parte da vida. É por tal motivo, que Pearcey assevera que:

A cosmovisão não é um conceito acadêmico e abstrato. O termo descreve nossa procura por respostas às questões intensamente pessoais com as quais todos temos de lutar – o clamor do coração do humano na busca de propósitos, significado e uma verdade grande o bastante pela qual viver. Ninguém pode viver sem um senso de propósito e direção, um senso de que a vida tem significado como parte da história cósmica (PEARCEY, 2012, p. 61).

Diante deste conceito, compreende-se que a cosmovisão não faz parte de teorias abstratas, visto que está envolvida com a necessidade de o ser humano ~~em~~ encontrar e dar respostas a situações que incomodam e afetam as suas certezas, tendo em vista que a sua finalidade é obter significados para viver e continuar vivendo. A cosmovisão parte do princípio de que é necessário a utilização de lentes distintas de interpretação sobre a realidade, que buscam refletir o posicionamento de diferentes grupos sociais, os quais defendem seus pressupostos que ultrapassam defesas ideológicas.

Pearcey (2012, p. 45) afirma que “todo sistema de pensamento se inicia em algum princípio último. Se não começa em Deus, começa com uma dimensão da criação – o material”. Isso indica que não existe um sistema de pensamento único e nem mesmo uma resposta única, visto a presença de uma variedade de lentes na realidade social. Cada uma delas oportunizará respostas sobre as questões essenciais da vida, porém é preciso dizer que a lente advinda da perspectiva bíblica é aquela que oferecerá as respostas completas e significativas sobre o

sentido do cosmos e da criação. A partir dessa afirmativa, pode-se dizer que a cosmovisão é contemplada por lentes de interpretação que asseguram uma visão de mundo e de como a sociedade se relaciona ou não com o atributo da soberania de Deus.

3. E por falar em liderança e perspectiva cosmovisional

O distanciamento dos pilares de uma cosmovisão cristã pelo líder, impacta a comunidade eclesial de forma radical em dois sentidos: com a progressiva perda da objetividade, ou com a perda de realidade de definições cristocêntricas, de modo que a religião cristã se torna cada vez mais uma questão de livre escolha subjetiva, isto é, perde seu caráter obrigatório intersubjetivo. Por assim dizer, as afirmações religiosas tradicionais podem ser vistas como “símbolos”; o que elas supostamente “simbolizam”, normalmente vem a ser as realidades que se presumem existir nas “profundezas” da consciência humana.

A característica chave de todas as situações pluralistas, quaisquer que sejam os detalhes de seu pano de fundo histórico, é que os ex-monopólios religiosos não podem mais contar com a submissão de suas populações. A submissão é voluntária e, assim, por definição, não é segura. Resulta daí que a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser “colocada no mercado”. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não mais está obrigada a “comprar”. A situação pluralista é, acima de tudo, uma situação de mercado. Nela as instituições religiosas tornam-se agências de mercado, e as tradições religiosas tornam-se comodidades de consumo e, de qualquer forma, grande parte da atividade religiosa nessa situação vem a ser dominada pela lógica de mercado (BERGER, 1985, p. 180).

A comunidade eclesial, dependendo de como seja conduzida pelo seu líder, pode seguir o caminho de acomodar-se no pluralismo da livre empresa religiosa e resolver a plausibilidade, modificando o produto de acordo com a demanda do consumidor, ou até mesmo esconder-se atrás de estruturas sociorreligiosas, professando velhos objetivos. Assim, pavimentam a estrada para uma crise teológica e uma crise na igreja.

A fase inicial do século XX, trouxe através dos modernistas a desmitologização da Bíblia, que através de suas perspectivas secularistas buscavam influenciar

as estruturas denominacionais e os seminários direcionados à formação teológica, com o propósito de tornar o Cristianismo agradável aos conceitos emergentes do novo século, a fim de orientar, por intermédio de suas lentes interpretativas, os cristãos sobre os métodos científicos e a secularização, visando descredenciar a crença em milagres e na revelação divina de um Deus invisível.

Com essa perspectiva, esse movimento provoca a condução da igreja cristã a deixar de preocupar-se com a salvação espiritual, para preocupar-se com os problemas concretos da sociedade. Percebe-se, então, que o principal pilar da Igreja, a centralidade em Cristo, é substituído por métodos e pressupostos científicos seculares, ou seja, sai a preocupação com a salvação e entra a preocupação em ajudar o indivíduo com a autorrealização. Assim como a secularização, para o fenômeno hipermoderno não existe a verdade absoluta, os valores morais são valores relativos, e dessa forma a compreensão que se tem é de que as verdades não são mais absolutas e o que assume o seu lugar é a vontade do ser humano sustentada por critérios racionais.

Veith Jr (1999, p.198) descreve que o cristão, seja ele um líder ou não, precisa estar voltado para a palavra revelada de Deus, a qual é a única fonte a orientá-lo, e deve refutar toda e qualquer teologia vazia de cristocentricidade, ou seja, o grito da reforma protestante de *Sola Scriptura*, *Sola Gracia*, *Solus Christus* e *Sola Fide* foi uma convocação para a volta à Bíblia Sagrada como a única regra de fé e prática (ROMEIRO, 1995, p. 23).

Todo esse movimento de esvaziamento da cristocentricidade contribui para que a liderança cristã opte por seguir um caminho divergente dos pilares basilares da cosmovisão cristã bíblica, com isso conduzem suas comunidades eclesiais para um contexto em atender às necessidades particularizadas, numa linguagem simples significa atender ao gosto do “freguês”, limitando-se a uma pregação líquida e esvaziada da verdade bíblica (as pessoas não querem ouvir sobre inferno e nem pecado). O resultado disso, é um Cristianismo pregado como atividade meio e não atividade fim, pois o que importa é a quantidade de pessoas no rol de membros da Igreja e não um ensino pautado em uma cosmovisão cristã bíblica. Assim, de forma provocativa, produzem momentos, nos quais as pessoas são instigadas a decidir por Cristo por sua vontade e não pelo mover do Espírito.

O líder precisa ter sempre em mente o que a Bíblia ensina, que o obreiro precisa apresentar-se a Deus aprovado, o que requer um esforço constante e per-

severante, o obreiro deve manusear corretamente a palavra da verdade e não ter do que se envergonhar (2 Tm 2.15), e apresentar a cada pessoa o que é o ser humano diante de Deus e a proposta de Deus sob a lente bíblica de salvação.

Para Baxter, o líder cristão precisa saber com clareza a distinção entre certezas e incertezas, entre questões fundamentais e explicações que não passam de teorias especulativas. Ainda, para ele, a lente do líder cristão precisa distinguir claramente entre os fundamentos da fé e as questões dos pressupostos secularistas e, assim, esse líder poderá proporcionar paz na sua igreja ao invés de divisão e afastamento da membresia.

4. Considerações Finais

Para firmar-se diante das adversidades do contexto de uma sociedade secularizada, de onde a todo momento emergem conceitos e pressupostos, o líder cristão precisa de um sólido conhecimento teológico bíblico e cristocêntrico. “A obra ministerial deve ser realizada exclusivamente para Deus e pela salvação do seu povo. Jamais poderá ser realizada visando algum lucro particular” (BAXTER, 2013, p. 41).

Dessa forma, mesmo em um contexto em que a lente secularista aponta para uma sociedade fragmentada, racionalizada e muitas vezes conduz o indivíduo ao individualismo, o líder em sua comunidade eclesiástica precisa manter a cosmovisão cristã bíblica e propagar a nova geração que o evangelho tem como um dos propósitos a vida em comunidade, a qual é alvo da lealdade de Deus.

Referências bibliográficas

BAXTER, Richard. *O pastor aprovado: modelo de ministério e crescimento pessoal*. Tradução: Odayr Olivetti (São Paulo, Publicações Evangélicas Seleccionadas-PES, 2013).

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria da sociologia da religião*. Tradução: José Carlos Barcelos (São Paulo, Paulus, 1985).

BÍBLIA, Português. *Bíblia de Estudo NVI*. organizador geral Kenneth Barker; coorganizadores Donald Burdick [et al.]: São Paulo: Editora Vida, 2003

DOMINGUES, Gleyds Silva. *Diretrizes para a Educação Cristã Bíblica: para onde vamos?* (Curitiba: Editora Emanuel, 2018).

- _____. *Visão de mundo e a lente bíblica para ler a realidade* (Curitiba: Discipular, 2020).
- GEISLER, Norman L. *Enciclopédia de apologética: resposta aos críticos da fé cristã* (São Paulo: Editora Vida, 2002).
- GRENZ, Stanley J. *Pós-modernismo: um guia para entender a filosofia do nosso tempo*. Tradução: Antivan Guimarães Mendes (São Paulo, Vida Nova, 2008).
- J. M. Nouwen, Henri. *O perfil do líder cristão do século XXI*. Tradução: Wilson Rosa Filho (Curitiba: Editora Atos, 2020). Edição do Kindle.
- MILLER, Darrow. *Discipulando nações* (Curitiba: Fato é, 2003).
- PEARCEY, Nancy. *Verdade Absoluta: libertando o Cristianismo de seu cativo cultural* (Rio de Janeiro: CPAD, 2012).
- NAUGLE, David K. *Cosmovisão: a história de um conceito*. Tradução: Marcelo Heberts (Brasília: Editora Monergismo, 2017).
- ROMEIRO, Paulo. *Evangélicos em crise: decadência doutrinária na igreja brasileira* (São Paulo: Mundo Cristão, 1995).
- SIRE, James W. *Dando nome ao Elefante: cosmovisão como um conceito*. Tradução: Paulo Zacharias e Marcelo Heberts (Brasília: Editora Monergismo, 2019),
- VEITH, Grene Edward, Jr. *Tempos Pós-modernos: uma avaliação cristã do pensamento e da cultura da nossa época*. Tradução: Hope Gordon Silva (São Paulo, Cultura Cristã, 1999).



Donato Farinelli de Souza

Sobre o autor

Mestre em Teologia, linha de pesquisa: releitura de textos e contextos bíblicos, pela Faculdade Batista do Paraná. Pós-graduado em Teologia Bíblica e Sistemática Pastoral pelo Seminário Batista do Sul do Brasil. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Sul Americana. Autor do livro *Cosmovisão cristã: um estudo aplicado ao contexto eclesialístico sob a ótica de I Coríntios*.

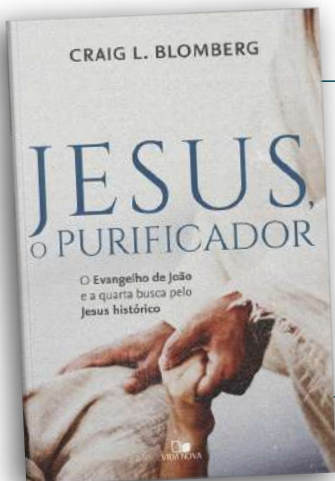
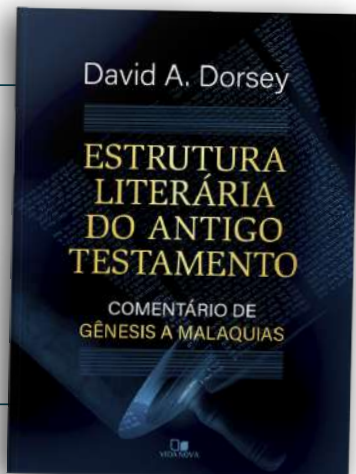
Lançamentos

Estrutura literária do Antigo Testamento

Comentário de Gênesis a Malaquias

David A. Dorsey | 18x25 cm | 384 p.

David A. Dorsey nos conduzirá por todo o Antigo Testamento, livro por livro, identificando cada estrutura e tecendo comentários preciosos sobre como a estrutura esclarece o significado do texto. Ele joga luz sobre a visão geral de cada livro e fornece uma estrutura para o estudo adicional.



Jesus, o purificador

O Evangelho de João e a quarta busca pelo Jesus histórico

Craig L. Blomberg | 16x23 cm | 400 p.

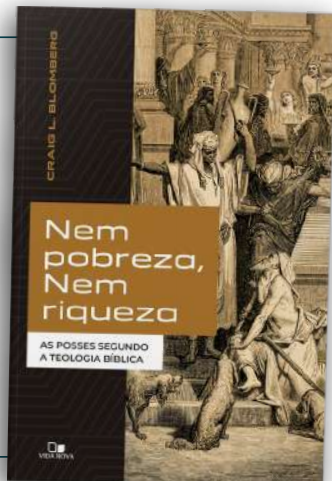
Nesta obra, o renomado estudioso do Novo Testamento Craig Blomberg avança na tese de que o Evangelho de João é uma fonte promissora e valiosa para o estudo do Jesus histórico. Os dados encontrados nesse Evangelho devem ser integrados aos dos Sinóticos, o que produzirá percepções adicionais sobre as ênfases e o ministério de Jesus.

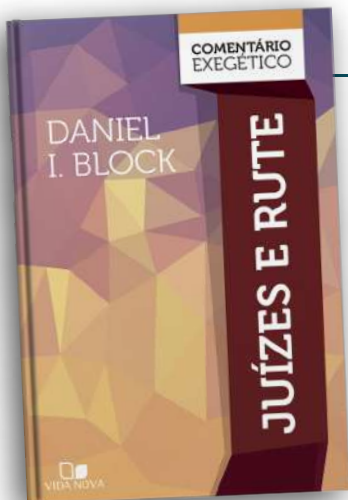
Nem pobreza, nem riqueza

As posses segundo a teologia bíblica

Craig L. Blomberg | 16x23 cm | 352 p.

Nesta obra, Craig Blomberg investiga o que a Bíblia diz sobre as questões relacionadas às posses materiais diante da pobreza ao nosso redor. Ele evita respostas fáceis e busca uma abrangente teologia bíblica das posses. Começando com o fundamento lançado pelo Antigo Testamento e as ideias desenvolvidas no período intertestamentário, o autor examina o que todo o Novo Testamento tem a dizer sobre o assunto e oferece conclusões e aplicações relevantes para o mundo moderno.





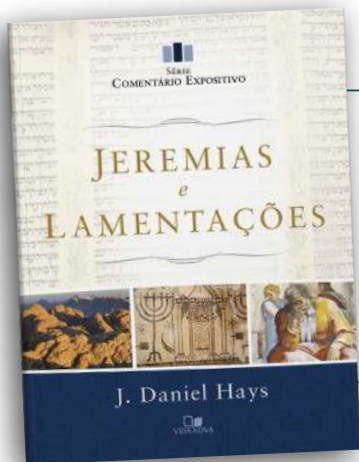
Juízes e Rute: comentário exegético

Daniel I. Block | 16x23 cm
1008 p. | Capa Dura



Gálatas: comentário exegético

F. F. Bruce | 16x23 cm
448 p. | Capa Dura



Jeremias e Lamentações Série comentário expositivo

J. Daniel Hays | 17x23 cm | 352 p.

Jeremias e Lamentações retratam um período sombrio na história de Judá, antes e durante o Exílio na Babilônia. Este comentário esclarecedor auxilia o leitor a entender e aplicar essas importantes, mas frequentemente negligenciadas, porções das Escrituras.



Deus justo e soberano

A mensagem de Naum para a igreja de hoje

Tiago Abdalla | 14x21cm | 176 p.

A mensagem de Naum é um alento e esperança para aqueles que se encontram perplexos diante das mazelas e injustiças de um mundo caído, pois expressa a certeza de que, no fim da história, a justiça de Deus prevalecerá sobre a injustiça dos poderes humanos, que logo passarão.